

## Estrangeirização de terras nos EUA e a cooperação transnacional dos movimentos sociais: a atuação da USFSA<sup>1</sup>

**Thiago Lima da Silva**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.

e-mail: [thiagolima3@gmail.com](mailto:thiagolima3@gmail.com)

**Erbenia Lourenço de Oliveira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.

e-mail: [erbenia47@gmail.com](mailto:erbenia47@gmail.com)

### Resumo

O artigo analisa a estrangeirização de terras nos EUA e as reações sociais ao fenômeno, focando na atuação transnacional da US Food Sovereignty Alliance (USFSA). Buscamos contribuir para o entendimento sobre a cooperação transnacional de movimentos e organizações sociais contra o fenômeno do *land grabbing*. Para suprir os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa. Revisão bibliográfica e pesquisa documental foram utilizadas para caracterizar o fenômeno do *land grabbing* nos EUA e para construir o referencial teórico. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo em Washington D.C. e entrevistas semi-estruturadas com organizações membros e parceiras da USFSA, presencial e virtualmente. Os resultados da pesquisa apontaram que a principal razão pela qual os movimentos e organizações cooperam transnacionalmente contra a estrangeirização de terras é devido à necessidade de ação global para fazer frente a adversários globais.

**Palavras-chave:** Estrangeirização de terras; Estados Unidos; *land grabbing*; movimentos transnacionais; investimentos em terras.

### Land foreignization in the USA and the transnational cooperation of social movements: the role of the USFSA

### Abstract

The present article seeks to analyze the foreignization of lands in the USA and the social reactions to the phenomenon, focusing on the transnational performance of the US Food Sovereignty Alliance (USFSA). The research seeks to answer why social movements and organizations cooperate transnationally against the phenomenon of land grabbing. To reach the proposed objectives, qualitative research and the deductive method of analysis was developed. As for research techniques, the bibliographic and documentary review were used to characterize the phenomenon of land grabbing in the USA and to build the theoretical framework. Data collection was carried out through field research in Washington D.C. and semi-structured interviews with USFSA member and partner organizations. The results of the research reveals that the main reason why movements and organizations cooperate transnationally against the foreignization of lands is due to the need for global action to face global opponents.

<sup>1</sup> A pesquisa de longo prazo, assim como a pesquisa de campo em Washington D.C., obteve financiamento integral do INCT-INEU (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos), que recebe recursos da CAPES/BRASIL.

**Keywords:** Foreignization of lands; United States; land grabbing; transnational movements; land investments.

## **La extranjerización de la tierra en los Estados Unidos y la cooperación transnacional de los movimientos sociales: el papel de la USFSA**

### **Resumen**

El presente artículo busca analizar la extranjerización de tierras en Estados Unidos y las reacciones sociales al fenómeno, enfocándose en el desempeño transnacional de la Alianza por la Soberanía Alimentaria de los Estados Unidos (USFSA). Buscamos responder por qué los movimientos y organizaciones sociales cooperan transnacionalmente contra el fenómeno del acaparamiento de tierras. Para cumplir con los objetivos propuestos, se desarrolló una investigación cualitativa y el método de análisis deductivo. En cuanto a las técnicas de investigación, se utilizó una revisión bibliográfica y documental para caracterizar el fenómeno del acaparamiento de tierras en Estados Unidos y construir el marco teórico. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante una investigación de campo en Washington D.C. y entrevistas semi-estructuradas con miembros y organizaciones asociadas de la USFSA. Los resultados de la encuesta señalaron que la principal razón por la que los movimientos y las organizaciones cooperan transnacionalmente contra el estrangulamiento de la tierra se debe a la necesidad de una acción global para hacer frente a los adversarios globales.

**Palabras-clave:** Extranjerización de tierras; Estados Unidos; el acaparamiento de tierras; movimientos transnacionales; inversiones en tierras.

### **Introdução**

A estrangeirização de terras, também conhecida como *land grabbing* ou *acaparamiento de tierras*, é um complexo fenômeno contemporâneo que ganhou destaque, acadêmico e político, por expor assimetrias na economia política internacional e em decorrência dos seus efeitos colaterais negativos sobre populações e sobre o meio ambiente. Apesar das divergências conceituais e teóricas, há razoável consenso na literatura de que a atual corrida global por terras – cujos antecedentes remontam pelo menos ao início da era da colonização – entrou em novo período de intensificação nos anos 2000, sobretudo por volta de 2007, quando o sistema internacional foi marcado pela ocorrência da quádrupla crise global. As crises internacionais que envolveram os setores energético, climático, alimentar e financeiro contribuíram para o aumento substancial dos investimentos em terras estrangeiras por parte de países e empresas multinacionais, desencadeando um surto de *land grabbing* (SCHUTTER, 2011; WHITE ET AL 2012; SOMMERVILLE ET AL, 2014; PEREIRA, 2017; FAIRBAIRN, 2020).

Em reação à estrangeirização, movimentos e organizações sociais buscam, na cooperação transnacional, recursos de poder adicionais para fazerem frente às investidas que consideram danosas. Embora este tipo de cooperação transnacional seja observada

com frequência quando terras de países periféricos estão sob processo de estrangeirização – o caso de Moçambique parece ser um dos mais exitosos (ver ARAGÃO, 2017) –, interessou-nos saber se o inverso ocorria também na principal potência econômica mundial, isto é, se a cooperação de movimentos e organizações sociais periféricas também eram valorizadas e úteis nos países do centro, como os Estados Unidos, que sofre com a estrangeirização (LIMA, LOURENÇO, 2018).

Para executar esta tarefa, estabelecemos como objetivos: 1) analisar a estrangeirização de terras nos EUA; 2) estudar a literatura sobre a cooperação transnacional da sociedade civil global e, 3) analisar as reações sociais à estrangeirização de terras nos EUA. A pesquisa identificou, de forma geral, que a cooperação social transnacional era de fato uma estratégia da U.S. Food Sovereignty Alliance (USFSA ou Aliança) para se opor à tomada de terras estadunidenses por atores estrangeiros individuais ou em parceria com nacionais. A partir disso, buscamos avaliar como e de que forma a cooperação transnacional é compreendida por este ator, inclusive em termos de recurso de poder na disputa pelo território.

Metodologicamente, além de revisão bibliográfica e de análise documental, adotamos como técnica a pesquisa de campo em Washington, D.C. para coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, que também ocorreram de forma virtual com organizações membros e parceiras da USFSA<sup>2</sup>. Para construção das entrevistas, foi desenvolvido previamente um modelo de análise (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005), estratégia de investigação em Ciências Sociais que consiste em construir conceitos e hipóteses que serão submetidos a teste e serão confrontados com dados observáveis.

Após o levantamento bibliográfico e a seleção das abordagens teóricas que serviram como lentes para análise dos dados coletados em campo, utilizamos a técnica de análise temática ou categorial (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005) que consiste em desmembrar os textos das abordagens teóricas coletados em unidades ou categorias que são analogicamente semelhantes, ou seja, com base na leitura das abordagens teóricas sobre movimentos transnacionais, selecionamos os temas ou categorias que são segmentos ou temas que as abordagens utilizam para analisar o fenômeno em questão. Após a seleção das unidades ou categorias, selecionamos aspectos ou elementos que compõem determinada categoria.

As categorias auxiliam no fornecimento de uma resposta estruturada à questão proposta. As categorias aqui extraídas estão baseadas em três perspectivas: movimentos rurais transnacionais (WARREN, 2000; ROSSET E TORRES, 2002; YEROS E MOYO, 2005; BERNSTEIN, 2005; MARTINIELLO E NYAMSENDA, 2018), globalização desde baixo

<sup>2</sup> A pesquisa de campo foi iniciada em 07/02/2020. Contudo, 11/03/2020 foi decretada a crise da pandemia de Covid-19 e naquele país a mobilidade foi reduzida. A partir de então, as entrevistas foram realizadas virtualmente.

(BRECHER, COSTELLO E SMITH, 2000; DELLA PORTA ET AL, 2006; WILLIAMS, 2007) e redes transnacionais de advocacia (KECK E SIKKINK, 1998). A partir de tais abordagens foram extraídas cinco categorias analíticas: contexto, composição social, estratégias, cooperação transnacional e resultados.

**Tabela 1: Categorias analíticas.**

<b>Categoria</b>	<b>Aspectos analisados</b>
C1: Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Land grabbing nos EUA;</li> <li>● Conflito social;</li> </ul>
C2: Ator social	<ul style="list-style-type: none"> <li>● USFSA;</li> <li>● Composição social;</li> <li>● Estrutura organizacional;</li> <li>● Demandas e reivindicações;</li> </ul>
C3: Estratégias de ação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estratégias de ação;</li> <li>● Incidência política;</li> <li>● Relação com o governo;</li> <li>● Participação institucional;</li> <li>● Influência na construção de políticas públicas;</li> </ul>
C4: Cooperação transnacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Busca por aliados internacionais;</li> <li>● Ação transnacional;</li> </ul>
C5: Resultados alcançados	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Resultados alcançados;</li> <li>● Alternativas propostas.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria a partir da técnica de análise temática ou categorial para análise de dados qualitativos (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2009).

A partir das abordagens teóricas escolhidas, identificamos a unidade temática **contexto** como a primeira categoria, na medida em que as abordagens tratam da ação de movimentos transnacionais dentro de um contexto em que ocorre o processo de *land grabbing* e conflito social resultante desse processo. As abordagens também consideram importante explicar as ações coletivas com base na análise do **ator social**, uma vez que a composição social do ator pode determinar seu posicionamento no contexto em questão. As **estratégias de ação** compõe outra unidade/categoria importante para analisar os movimentos transnacionais, pois auxiliam a entender como os movimentos respondem ao contexto de conflito. A **cooperação transnacional**, por sua vez, aparece nas análises como um fator importante para explicar a ação desses movimentos, pois a atuação além das fronteiras e a busca por aliados internacionais permite o impulsionamento dos resultados. Por fim, os **resultados alcançados** também aparecem como um tema importante quando as abordagens se propõe a analisar os movimentos transnacionais, na medida em que apontam para o sucesso do movimento enquanto propositor de mudanças sociais.

Dessa forma, com base na análise categorial, ou seja, da extração de unidades e categorias dos textos das abordagens selecionadas, definimos que as categorias mais

importantes para analisar um movimento transnacional são o contexto, o ator social, as estratégias de ação, cooperação transnacional e os resultados alcançados. A partir da definição das categorias, desenvolvemos um instrumento de coleta de dados, o roteiro de entrevistas, com questões voltadas para estas cinco categorias. Ou seja, buscamos entender e explicar o movimento transnacional realizado pela US Food Sovereignty Alliance com base nas categorias extraídas das abordagens teóricas. Após a coleta dos dados, verificou-se que há convergência entre os elementos explicativos das teorias e a ação na prática da Aliança.

O artigo está assim organizado: na seção 2 detalhamos a estrangeirização nos Estados Unidos; na terceira discutimos as abordagens teórico-conceituais dos movimentos rurais transnacionais; na quarta apresentamos os resultados da análise da USFSA e, na última seção, apresentamos as considerações finais.

### **Estrangeirização nos EUA: um país desenvolvido como alvo do processo de investimentos em terras de larga escala**

O processo de estrangeirização de terras tem como principais alvos países considerados periféricos no sistema internacional localizados na América Latina, África e Ásia. No entanto, o fenômeno do *land grabbing* também afeta países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos. Dessa forma, buscando contribuir com a lacuna das análises da estrangeirização de terras em países desenvolvidos, almejamos caracterizar os Estados Unidos como alvo do processo. Para alcançar tal objetivo, serão utilizados dados do relatório Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land 2018, disponibilizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em conformidade com a AFIDA (The Agricultural Foreign Investment Act) de 1978, que é a legislação estadunidense que rege a compra de terras por estrangeiros no país.

Identificou-se um aumento significativo dos investimentos estrangeiros em terras norte-americanas entre 2006 e 2007, corroborando o argumento da literatura sobre o tema de que o aumento da procura por terras no cenário internacional ocorreu no contexto da quádrupla crise mundial. De acordo com os dados do relatório do USDA (2018), aproximadamente 31,8 milhões de acres<sup>3</sup> das terras agrícolas norte-americanas são propriedade de estrangeiros, esse valor representa cerca de 12,9 milhões de hectares e 2,5% do território dos EUA. As principais áreas de investimento apontadas no relatório são terras florestais (53%), investimentos em terras para produção agrícola (20%) e pastagem (25%) (USDA, 2018).

---

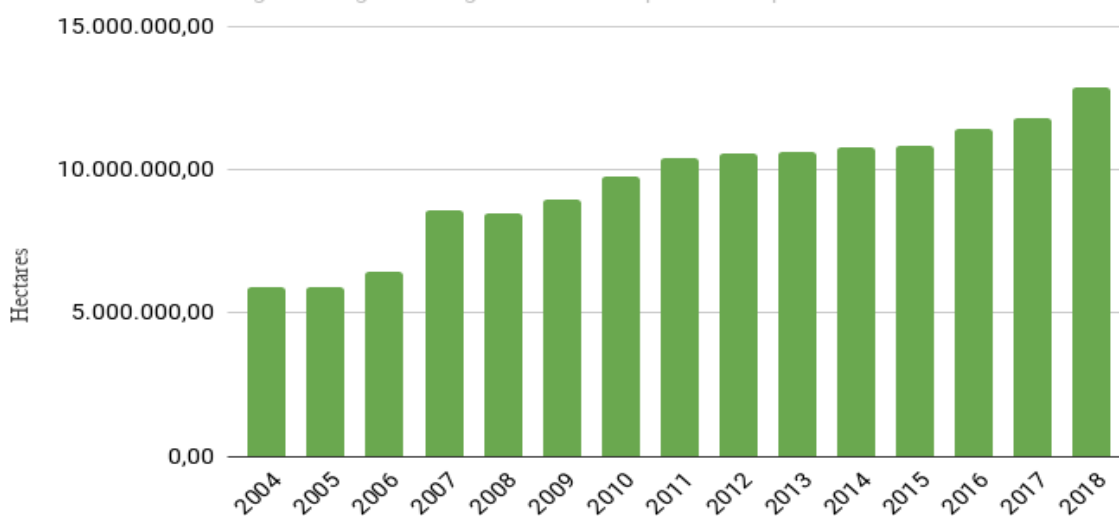
<sup>3</sup> Os dados do relatório Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land 2018 estão dispostos em acres, no entanto, foram convertidos para hectares ao decorrer do artigo para facilitar a compreensão da dimensão dos acordos.

O relatório do USDA (2018) ressalta que a posse de terras por estrangeiros se manteve estável de 2000 a 2006, quando em 2007 identificou-se uma alteração significativa de 1,4 milhões de hectares que deixaram de ser posse de cidadãos norte-americanos. No gráfico a seguir, é possível visualizar o avanço dos investimentos estrangeiros, assim como os períodos de variação substancial, entre 2004 e 2018, período referente aos dados disponibilizados pelo USDA:

**Gráfico 1: Estrangeirização de terras nos EUA (2004-2018).**

### ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NOS ESTADOS UNIDOS (2004-2018)

Fonte: Relatórios "Foreign Holdings of US Agricultural Land" produzidos pela USDA



Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos Relatórios Foreign Holdings of Agricultural Land do USDA de 2004 a 2018.

Dentre os principais investidores em terras agrícolas nos EUA estão o Canadá, Holanda, Itália, Alemanha e Reino Unido e, juntos, são responsáveis por cerca de 34% das transações. O Canadá possui por volta de 3.439.827 hectares das terras estrangeirizadas, o que corresponde a 26% das transações de terras (USDA, 2018)

Houve um aumento dos investimentos em terras por parte de empresas do setor financeiro. A National Farm Coalition (NFFC) (2012a) e Thomson (2017) explicam que três fatores tornam as terras estadunidenses atrativas: as baixas taxas de juros, os altos preços das commodities e o aumento do de aproximadamente 25% no valor das terras em 2012. A pesquisadora Fairbairn (2020) complementa que a crise alimentar e a preocupação com a escassez de água auxiliaram no aumento desses investimentos.

A atuação de empresas de investimento também é importante para explicar a corrida por terras nos EUA. A NFFC (2012) destaca o papel da AEW Capital Management no incentivo a investimentos agressivos em terras estadunidenses ao realizar uma pesquisa

sobre as vantagens de se investir em terras no país. De acordo com a AEW (2011), a principal vantagem são os retornos atrativos, uma vez que as terras agrícolas garantiram um retorno de 10% a 13% nas últimas duas décadas e com pouca volatilidade, o que reduz os riscos envolvendo os investimentos.

Nesse contexto, Fairbairn (2020) estima que os investimentos em terras agrícolas norte-americanas, que chegam a 15 bilhões, o que é considerado irrisório quando comparado às transações totais de Wall Street. No entanto, merece atenção devido à sua tendência de crescimento e devido às consequências sociais para comunidades tradicionais.

No âmbito das empresas do setor financeiro, a TIAA-CREF, um fundo de pensão norte-americano, também aparece como ator importante nesse processo. Apesar de ser uma empresa nacional, o fundo de pensão possui cerca de US\$ 23 trilhões em ativos, e, deste valor, cerca de 5 a 15 bilhões são direcionados a investimentos no setor agrícola. Além disso, anunciou uma nova empresa de investimento privado chamada Global Agriculture LLC cuja composição possui capital norte-americano, britânico e canadense. (NFFC, 2012b).

Apesar da tendência do aumento dos investimentos em terras agrícolas por estrangeiros nos EUA, incentivado por empresas como a AEW e atores políticos por se tratar de investimentos rentáveis, esse processo encontra resistência por parte de organizações da sociedade civil como a NFFC e deputados ligados a comunidades rurais que alertam para as externalidades do fenômeno.

### **Movimentos sociais críticos à globalização**

Nesta seção, buscamos apresentar as três principais abordagens teóricas e seus respectivos conceitos que serão úteis para analisar a cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras. Serão apresentadas três perspectivas principais: a dos movimentos sociais rurais transnacionais (YEROS e MOYO, 2005; SCHERER-WARREN, 2000; ROSSET e TORRES, 2002; BERNSTEIN, 2005; BORRAS JR., 2010; MARTINIELLO e NYAMSENDA, 2018), a abordagem denominada globalização desde baixo (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; DELLA PORTA et. al, 2006; WILLIAMS, 2007) e a abordagem das Transnational Advocacy Networks (TAN), que apresenta o conceito de padrão bumerangue (KECK e SIKKINK, 1998). Cada teoria apresenta argumentos que são considerados elementos explicativos importantes em nossa análise.

### *Movimentos rurais transnacionais*

A primeira abordagem, que trata dos movimentos rurais transnacionais, propõe que os movimentos rurais são o berço da contestação à globalização neoliberal (MOYO e YEROS, 2005) e propõe o conceito de soberania alimentar como alternativa ao modelo de produção do agronegócio. A globalização neoliberal, de acordo com os autores, que traz um modelo agrícola intensivo e extensivo, tende a dificultar o acesso à terra por parte de pequenos produtores agrícolas que não são incorporados nesse processo de produção.

Moyo e Yeros (2005), explicam que há uma ressurgência dos movimentos rurais na década de 1990 em oposição a medidas de austeridade e incentivo à mobilidade dos investimentos a nível global que afetam comunidades tradicionais, especialmente as do meio rural. Os autores Scherer-Warren (2000), Rosset e Torres (2002), Bernstein (2005), Martiniello e Nyamsenda (2018) corroboram o argumento de Moyo e Yeros (2005) ao considerarem que os movimentos rurais contemporâneos surgem no sentido de contrapor as tendências neoliberais que geram externalidades, sobretudo aos pobres rurais.

A principal reivindicação apresentada pelos movimentos está relacionada à reforma agrária, ou seja, à democratização do acesso às terras e, para alcançar tal objetivo, as principais estratégias adotadas por esses movimentos estão relacionadas à ocupação de terras. No que se refere à redemocratização do sistema decisório referente às questões agrárias e alimentares, os movimentos rurais buscam desmistificar a visão da terra como uma mercadoria, assim como desenvolver ações baseadas na posse coletiva da terra.

O foco na disseminação da soberania alimentar, entendida como direito dos povos de terem acesso a alimentos culturalmente saudáveis e ecologicamente produzidos, além de prever também a democratização e autonomia dos povos sobre o processo produtivo de tais alimentos, constitui aspecto fundamental que une a ação coletiva no campo. O conceito de soberania alimentar foi utilizado pela primeira vez pela Via Campesina e representa uma crítica ao conceito de “segurança alimentar” neoliberal, disseminado pela FAO e outros organismos internacionais, que por décadas defenderam a agroexportação como melhor forma de prover alimentos ao mundo. A soberania alimentar é, assim, proveniente dos movimentos sociais rurais e em contraposição ao modelo de agricultura industrial, regido pelas grandes corporações (MCMICHAEL, 2016).

É importante destacar também, no âmbito da abordagem dos movimentos rurais transnacionais, a perspectiva de Borras Jr. (2010) que trata das Transnational Agrarian Movements (TAM), ou Movimentos Agrários Transnacionais (MAT) em português. Neste sentido, o autor elenca a Via Campesina, o International Federation of Agricultural Producers (IFAP) e o International Planning Committee for Food Sovereignty (IPC) e o International Land Coalition (ILC) como principais coalizões que expressam os MAT. O autor explica que



há um esforço de criar espaços no nível internacional para incorporar demandas da sociedade civil relacionadas ao desenvolvimento agrário e, de certa forma, há acolhimento por parte de agências intergovernamentais e não-governamentais na década de 1990.

A principal contribuição da abordagem sobre a atuação transnacional dos movimentos rurais é identificar as diferentes bases sociais que compõem as coalizões e como tais diferenças são úteis para compreender o posicionamento e demandas de cada movimento. De acordo com Borrás Jr. (2010), a análise de classe é considerada como fator chave para identificar as diferenças ideológicas e políticas dos MAT. Dessa forma, atores como IFAP e ILC, cuja base social está ligada a classes sociais mais elevadas como grandes e médios produtores ligados ao agronegócio, possuem relação mais estreita com Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e defendem políticas agrárias que são mais ligadas ao conceito de segurança alimentar e agricultura industrial. Por outro lado, coalizões transnacionais como a Via Campesina e o IPC for Food Sovereignty, cuja composição social provém de camponeses pobres e sem terras, as demandas políticas se direcionam para questões de reforma agrária redistributiva e soberania alimentar (BORRAS JR., 2010).

### *Globalização desde baixo*

A segunda abordagem, que tem como principais autores Brecher, Costello e Smith (2000), Della Porta et al. (2006), e Williams (2007), também apresenta elementos que auxiliam na compreensão da atuação transnacional dos movimentos sociais. Os autores apresentam a perspectiva da globalização desde baixo, ou globalização de baixo para cima, propondo que, em resposta às externalidades do processo de globalização dos estados e empresas multinacionais que ocorre em um primeiro momento, há a globalização de atores que estão na base da sociedade civil e argumentam que os movimentos cooperam para fazer frente aos atores privados internacionais e os preceitos neoliberais que emergem na primeira onda da globalização. A atuação em redes pode ser considerada como principal característica desta contestação que ocorre de forma transnacional.

Em resposta aos problemas gerados pela globalização neoliberal, há, sobretudo na década de 1990, o desenvolvimento da cooperação internacional de atores da sociedade civil global que inclui ONGs e movimentos sociais. O fenômeno ficou conhecido como “globalização desde baixo” ou “globalização de baixo para cima” (BRECHER, COSTELLO e SMITH, 2000; VIEIRA e MENEZES, 2005; DELLA PORTA et al., 2006; MILANI e LENIADO, 2007; VIEIRA, 2011; BUDINI, 2010; WILLIAMS, 2007).

Também denominada de globalização pela justiça global ou globalização de direitos, a globalização a partir de baixo é considerada como necessária pelos

pesquisadores do tema para fazer frente aos atores privados do sistema internacional. Os autores Brecher, Costello e Smith (2000), um dos pioneiros na utilização do termo globalização desde baixo, explicam que tais movimentos iniciam de diferentes pontos de partida, a exemplo de campanhas locais contra plantas geneticamente modificadas, proteção dos povos indígenas e organização sindical em países pobres, e tendem a convergir seus interesses por meio de um processo denominado pelos autores de confluência positiva, em que os movimentos adquirem a consciência de que suas lutas são globais e dão início a construção de um movimento comum global.

Brecher, Costello e Smith (2000) concebem a globalização desde baixo como um movimento e, da mesma forma com que as elites corporativas e políticas se articulam para alcançar a promoção de suas agendas, atores que se encontram na base da sociedade também conectam suas lutas para promover suas demandas e interesses no âmbito da economia global. Os autores explicam que o fator que une os movimentos e influencia a cooperação transnacional é o objetivo comum de alcançar o controle democrático suficiente sobre estados, corporações e mercados. Esse aspecto da busca pelo controle democrático, proveniente dos movimentos que compõem a globalização desde baixo, também está presente na perspectiva dos movimentos rurais transnacionais que buscam a democratização do acesso à terra.

Della Porta et al. (2006) realçam que as várias dimensões da globalização influenciam na formação de uma sociedade civil global que atua transnacionalmente através das instituições internacionais. Dessa forma, os movimentos transnacionais podem ser considerados como uma resposta ao aumento da institucionalização da política mundial. Neste sentido, propõem o conceito de movimento social global, que é entendido como redes supranacionais de atores que definem suas causas como globais e articulam campanhas e protestos que englobam mais de um Estado. As autoras explicam que há três condições para a existência de um movimento global: a construção de uma identidade global, repertório de ações não-convencionais e a existência de redes organizacionais. A interpretação comum da realidade pode ser concebida como o fator fundamental que caracteriza o movimento social global.

Ao fazer um estudo sobre o cooperativismo contemporâneo, Williams (2007) também contribui na caracterização da perspectiva da globalização desde baixo, compreendida como um conjunto de movimentos diversificados, grupos e organizações que buscam a reconfiguração da economia global de forma a desenvolver um sistema mais justo no âmbito social. Tais grupos realizam articulações que transcendem as fronteiras nacionais e regionais. Atores como OMC, Banco Mundial e FMI, que possuem um papel fundamental na liderança da globalização econômica, tendem a limitar a participação de determinados setores sociais. Em contraposição, cooperativas de produtores, de setores de habitação e

financeira, entre outros, desenvolvem um esforço de construir uma terceira via de ação entre o capitalismo indisciplinado e o socialismo centralizado. O autor considera esta terceira via como mais saudável por permitir maior participação nos benefícios.

Portanto, é possível considerar a globalização desde baixo como um movimento que emerge devido à necessidade de fazer oposição ao *status quo*, cujo modelo não é participativo. O aspecto democrático aparece novamente como algo fundamental na articulação dos movimentos que almejam aperfeiçoar o coeficiente participativo de atores marginalizados pelo processo de formação das políticas globais.

### *Redes transnacionais de advocacia*

A última abordagem que consideramos importante para compreender o fenômeno dos movimentos transnacionais trata-se das Redes Transnacionais de Advocacia ou Transnational Advocacy Networks (TAN), desenvolvida por Keck e Sikkink (1998), que propõe que a falta de abertura política no âmbito doméstico faz com que organizações busquem esferas internacionais para alcançar objetivos no âmbito nacional.

Segundo Keck e Sikkink (1998), as redes transnacionais surgem devido a três motivos principais: quando há falta de diálogo entre grupos e governantes domésticos em torno de determinado problema, quando ativistas ou empreendedores políticos promovem a ação em rede quando consideram que a ação em redes pode potencializar o alcance das campanhas, ou quando há canais de contato internacional como conferências que permitem a criação de um espaço para consolidação das redes de trabalho. A abordagem apresenta o conceito de *boomerang pattern* para caracterizar a dinâmica transnacional da articulação de organizações e movimentos sociais. Característico das redes transnacionais de advocacia, o padrão bumerangue de ação se desenvolve quando ONGs ou grupos nacionais buscam aliados internacionais para pressionar domesticamente seus estados a partir de arenas internacionais no sentido que as conexões internacionais amplificam a demanda desses grupos nacionais, conferindo maior legitimidade a suas reivindicações e ações.

As redes transnacionais de advocacia (advocacy) são caracterizadas por relações abertas e fluidas entre atores bem informados que estão comprometidos em trabalhar em áreas específicas atuando em prol de terceiros. Tais redes tendem a ser de natureza política e utilizam a informação como fator central em suas relações, promovendo a troca de informações e indivíduos no âmbito de suas articulações. A principal contribuição das redes, segundo as autoras, está relacionada à sua capacidade de propor mudanças na estrutura de valores e princípios no âmbito dos debates relacionados a questões de direitos humanos, direitos das mulheres, saúde das crianças, povos indígenas etc. Keck e Sikkink também

destacam seu papel na proposição de alternativas e informações que redirecionam os debates no cenário internacional. As TAN são responsáveis por criar, nesse sentido, categorias ou *frames*, que podem ser consideradas como quadros ou estruturas em que as organizações operacionalizam as informações e alternativas que compõem a base de suas campanhas.

As três abordagens selecionadas apresentam elementos importantes que auxiliam na compreensão do processo de cooperação transnacional de movimentos e organizações, sobretudo na oposição ao fenômeno do *land grabbing* e questões agrárias. Para compreender melhor essa oposição, buscamos analisar a atuação da USFSA, que é uma coalizão norte-americana de organizações rurais e não rurais que buscam difundir a noção de soberania alimentar dentro dos EUA.

### **Reações da sociedade EUA: a atuação transnacional da US Food Sovereignty Alliance**

Para compreender as reações sociais ao *land grabbing* nos Estados Unidos, buscamos analisar a atuação da US Food Sovereignty Alliance, principal articulação de movimentos rurais e de base que, apesar de ser nacional, possui articulações a nível internacional. Portanto, a USFSA pode ser considerada como principal expressão da cooperação transnacional contra o fenômeno da estrangeirização de terras dos Estados Unidos. Esta seção busca apresentar de forma sistematizada, a partir das categorias expostas na Tabela 1, os principais resultados obtidos através da pesquisa de campo. De forma geral, verificou-se uma confluência entre as abordagens e os resultados obtidos no âmbito da pesquisa de campo. As abordagens selecionadas por este estudo propuseram que a cooperação entre movimentos e organizações de base, ou de baixo, são uma resposta à atuação de atores privados e centrais da globalização econômica de pressupostos neoliberais.

#### **Contexto**

Os principais aspectos analisados nesta categoria são referentes ao processo de *land grabbing* e o conflito de interesses gerados por esse processo. As entrevistas evidenciaram o desenvolvimento do fenômeno da estrangeirização de terras nos EUA, assim como conflitos sociais gerados por esse contexto.

De acordo com a NFFC (2020), uma coalizão nacional de agricultores familiares estadunidense, terras agrícolas estadunidenses se tornaram alvos de fundos de pensões internacionais e, nesse contexto, destacam a atuação do fundo TIAA CREF que realiza

pesados investimentos nos EUA. A ActionAid USA (2020), organização de combate à pobreza e injustiça, relata sobre o envolvimento e solidariedade da USFSA em lutas locais em Detroit, Philadelphia e Califórnia em que comunidades negras e de pequenos agricultores têm dificuldade de acesso às terras para produção alimentar. A organização ainda ressalta para a existência de uma espécie de *urban grabbing*, em que também ocorrem lutas por terras para produção agrícolas em regiões urbanas que antes eram grandes polos industriais.

O processo que limita o acesso a terras tem agravado outro problema que faz parte do contexto da sociedade norte-americana: a insegurança alimentar. A WhyHunger (2020), uma das organizações fundadoras da Aliança, alerta para ocorrência de insegurança alimentar em cerca de 15% a 18% da população. A reportagem do New York Times que tem como título “How Hunger Persists in a Rich Country Like America” corrobora esse dado ao apresentar o dado de que cerca de 37 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar no país (LEBLANC, 2020).

Além do aspecto de insegurança alimentar, outro aspecto mostra-se importante no contexto norte-americano: a falta de abertura política, sobretudo no âmbito federal, relatada por todas as organizações entrevistadas. A ActionAid USA explica: “[...] no nível federal têm sido bastante difícil. É necessário muito tempo, recursos e capacidade para ter influência em D.C., excede a capacidade de muitos grupos” (ACTIONAID USA, 2020).

A tendência desse contexto é de piora, na medida em que cerca de 162 milhões de hectares de terras estarão à venda devido ao envelhecimento populacional. Há preocupação por parte dos movimentos rurais em relação à utilização dessas terras. Dessa forma, as organizações propõem a compra e posse coletiva da terra como alternativa para garantir o que os movimentos consideram uma “just land transition” (THAPAR, 2020).

A valorização da soberania alimentar, como resposta ao contexto de *land grabbing* e investimentos em larga escala em terras, apresenta-se como principal elemento norteador da reação dos grupos analisados.

### *Composição social*

A USFSA é um aliança norte-americana de produtores agrícolas criada no ano de 2010 que busca disseminar o conceito de soberania alimentar dentro dos EUA e tem como objetivo acabar com a pobreza, reconstruir economias locais de alimentos e aperfeiçoar o controle democrático em relação às decisões políticas sobre o sistema alimentar (USFSA, 2018, n.p.).

Nesta categoria de análise, três aspectos foram abordados: a composição social, a estrutura organizacional e as demandas e reivindicações. No que se refere à composição

social, identificou-se uma diversidade de atores. A ActionAid USA (2020), organização que participou ativamente da fundação da Aliança, relatou que os grupos como organizações de trabalhadores rurais, grupos urbanos primariamente da classe de trabalhadores, organizações de comunidades negras, latinos, comunidades indígenas, comunidades de imigrantes (muitas vezes imigrantes sem documentação), compõe a base social da coalizão. A relação de seus membros fundadores, também revela essa diversidade: Agriculture Missions, Community to Community Development, Food First, Food Chain Workers Alliance, Grassroots International, Maryknoll Office for Global Consensus, National Family Farm Coalition, Pesticide Action Network of North America, Presbyterian Hunger Program, WhyHunger.

No âmbito da estrutura organizacional, a Aliança possui diferentes coletivos que discutem temas específicos no âmbito regional e nacional, no entanto, o resultado das discussões é convergido nas assembleias nacionais. A USFSA é formada por organizações de base e ONGs que se reúnem em assembleias periódicas para adotar ações de promoção da soberania alimentar, cujas decisões são tomadas por consenso.

Um aspecto relevante levantado durante a pesquisa de campo, que diz respeito a sua estrutura organizacional, é o esforço da Aliança, por meio da reforma estrutural de 2015, de colocar as organizações de base na liderança da agenda. Dessa forma, buscam aperfeiçoar seu método participativo e conferir maior legitimidade a suas ações. Em entrevista, a ActionAid USA (2020) e a WhyHunger (2020) revelaram que as mudanças mais significativas ocorreram no *coordination body* e as organizações de base passaram a estar à frente da coordenação; no âmbito do secretariado, as ONG, que possuem recursos humanos profissionalizados e recursos financeiros, passaram a desenvolver tarefas de suporte relacionadas ao apoio logístico para as organizações de base.

No que se refere às demandas e reivindicações, os membros da USFSA buscam promover a soberania alimentar e a democratização do acesso a terras e as decisões referentes ao sistema agroalimentar. A ActionAid USA (2020) destaca que as demandas e reivindicações são referentes à busca pela justiça alimentar, pela alimentação saudável, promoção de bancos de sementes e em oposição a grandes navios de pesca, ao racismo estrutural e ao poder do agronegócio.

Portanto, corrobora-se o argumento das abordagens dos movimentos rurais transnacionais, sobretudo Yeros e Moyo (2005) e Martiniello e Nyamsenda (2018), que lutam pela maior participação do sistema agroalimentar por meio da disseminação da soberania alimentar como alternativa ao agronegócio e a privatização dos processos de produção, transporte e distribuição de alimentos.

Dessa forma, a Aliança consegue unir as demandas de grupos diversificados como indígenas negros, pequenos agricultores e imigrantes, na demanda comum pela soberania

alimentar. Nesse contexto, a perspectiva da *globalization from below* proposta por Brecher, Costello e Smith (2000) auxilia na abordagem da dinâmica do movimento ao apresentar o conceito de confluência positiva, na medida em que os movimentos se iniciam de diferentes pontos de partida, porém, convergem seus interesses ao definir um interesse comum.

A teoria das TAM, proposta por Borrás Jr. (2010), também apresenta elementos importantes no que diz respeito às descobertas sobre a composição social da Aliança. A perspectiva propõe que analisar a base social dos movimentos ajuda a compreender o posicionamento político deles. Neste caso, o fato de a Aliança possuir uma base social diversificada e de movimentos de base, ajuda a explicar os posicionamentos políticos da organização referentes à promoção da soberania alimentar em detrimento das atividades ligadas ao agronegócio.

### *Estratégias de ação*

De forma geral, identificamos como principais estratégias da USFSA a educação política, o padrão bumerangue de ação, o *lobby* discreto, intercâmbio de aprendizado e ação transnacional. No âmbito das estratégias de promoção da soberania alimentar, o site da USFSA expõe as ações que buscam estabilizar os preços para agricultores e consumidores locais, nacionais e globais por meio do combate à especulação de alimentos e da consolidação de reservas domésticas estratégicas.

Além disso, destacam a busca por equiparar o poder dos atores nos sistemas alimentares por meio da redução do poder de empresas nas políticas públicas do setor agroalimentar e da convocação de conselhos representativos de políticas alimentares das partes interessadas no nível local e estadual (USFSA, 2020, n.p.). Esta última, a convocação de conselhos, auxilia na caracterização das ações de incidência política realizada pelas organizações membros e parceiras da USFSA e está relacionada a busca por maior controle democrático destacado pelas perspectivas aqui estudadas.

Outra estratégia relevante é a formação política desenvolvida pela organização, cujo elemento principal é a disseminação do conceito de soberania alimentar e da agroecologia (NFFC, 2020). Essa estratégia também aparece nas discussões sobre movimentos rurais transnacionais e a Via Campesina, criadora do conceito, busca dar escala às práticas agroecológicas por meio da ação transnacional e de arenas internacionais que permitem a troca de informações entre as organizações. A estratégia é importante, pois auxilia na convergência dos movimentos e na legitimidade das ações da USFSA, além disso, busca fortalecer as práticas dos movimentos de base.

Neste sentido, a promoção da agroecologia se configura como um ponto de convergência e legítimo pelos diferentes movimentos que formam a USFSA. Esse aspecto

de definição de um ponto comum entre atores diversificados, é corroborado pelas abordagens de Keck e Sikkink (1998), que consideram como aspecto fundamental para formação de redes transnacionais de ação.

A NFFC (2020), em entrevista, explica que é desafiador promover a agroecologia, devido às declarações internacionais dos EUA que tendem a marginalizar essas práticas mais sustentáveis. Em contrapartida, os movimentos criaram o Food Sovereignty Prize<sup>4</sup>, um prêmio oferecido pela Aliança para as melhores práticas de soberania alimentar no nível nacional e internacional. A WhyHunger (2020), uma das principais aliadas da Aliança no combate ao *land grabbing* e a promoção da soberania alimentar, explica que o prêmio busca denunciar o Prêmio Mundial da Alimentação, financiado pelas empresas do agronegócio.

A construção de um sistema interno de informações com alertas de ação e declarações sobre a política externa dos EUA ligadas a questões agroalimentares também faz parte da gama de ações possibilitadas pela USFSA. Durante a entrevista, a NFFC expôs que essa foi a forma encontrada pelos membros individuais para fortalecer a influência nos debates políticos, e esse espaço interno formal permite aos membros se conectarem e contarem com o apoio de aliados e circular as informações, no sentido de adotar medidas em tempo hábil diante da construção das políticas.

O *lobby* discreto também aparece no leque de ações estratégicas da USFSA. Neste sentido, é importante destacar o papel do IATP, membro da Aliança, um Instituto que age com função de *advocacy* focado em questões de políticas de comércio. O Instituto desenvolve análises e propõe políticas alternativas ligadas ao setor agrícola. Além disso, busca incidir politicamente legislações locais em temas sobre regulamentação de pesticidas e programas de alimentação escolar, assim como atua nacionalmente ao organizar *briefings* com membros do Congresso norte-americano. O IATP também atua no nível transnacional, ao participar de debates internacionais de políticas de comércio ligadas ao setor agrícola. Ademais, buscam trocar informações com organizações do Sul global para compreender melhor as suas lutas e se solidarizar com essas organizações. Durante a entrevista, o IATP relatou a importância de agir em coalizões e destaca o papel das organizações do Sul global na proposição de políticas e alternativas.

A estratégia de *lobby* discreto do IATP e da Rede Social, assim como a construção de um sistema interno de informações estão em conformidade com a abordagem de Keck e Sikkink (1998), que propõe que redes transnacionais tendem a ter poucos ativistas e usam as informações de forma estratégica. Durante as entrevistas, verificou-se a ação de poucos ativistas e uso estratégico das informações.

---

<sup>4</sup> No ano de 2019, o Urban Tilth (Califórnia) no âmbito nacional e a Plan Pueblo a Pueblo (Venezuela) no nível internacional foram os vencedores do Food Sovereignty Prize (USFSA, 2020).



A ação transnacional pode ser considerada também como estratégia relevante no âmbito da USFSA. A organização possui, dentre seus coletivos, o coletivo de Relações Internacionais, o que demonstra seu esforço de agir transnacionalmente e buscar aliados internacionais. Sobre este aspecto, a NFFC (2020) explica que a USFSA é considerada como um espaço de ação coletiva que busca aliados internacionais como organizações de produtores internacionais e essas conexões utilizam o espaço da Aliança para encontrar solidariedade de forma interseccional e construção de poder coletivo. Abordaremos a estratégia de cooperação transnacional mais especificamente na categoria seguinte.

### *Cooperação transnacional*

A categoria que trata da cooperação transnacional, que também pode ser considerada como uma estratégia de ação utilizada pelas organizações, permite analisar a busca por aliados internacionais e o processo de ação transnacional destas redes. De forma geral, identificou-se que o que leva as organizações a cooperar transnacionalmente está relacionado a necessidade de responder globalmente a desafios que são globais.

As organizações membros da USFSA e suas parceiras foram categóricas ao afirmar que desafios globais necessitam de ação global. Nesse contexto, o poder do agronegócio se configura como o desafio global enfrentado pelas organizações que encontram na articulação internacional a saída para atuar em lutas globais. Segundo a NFFC (2020), há um reconhecimento por parte das organizações da Aliança de que as lutas extrapolam as fronteiras norte-americanas e do impacto internacional em comunidades rurais oriundo de ações do agronegócio dos EUA. A WhyHunger (2020), nesse contexto, explica que “o neoliberalismo é um fenômeno global, então a resposta precisa ser global” (WHYHUNGER, 2020). A ActionAid USA (2020) e a NAMA (2020), também corroboram este argumento da necessidade de resposta global. A primeira relata que a aproximação com a Aliança se deu devido a percepção de que ambas trabalhavam com temas rurais e tinham o agronegócio e agricultura de larga escala como desafios no âmbito local. A NAMA, por sua vez, considera o *land grabbing* e o *ocean grabbing* como fenômenos globais em que atores transcendem as fronteiras para deslocar e explorar recursos.

O aspecto de responder de forma global a problemas globais se relaciona com as proposições da literatura que apontam para formação de uma identidade comum que incentiva a ação transnacional e essa identidade é baseada, de acordo com as informações coletadas nas entrevistas, no fato de que os movimentos possuem adversários em comum. A esse respeito, Brecher, Costello e Smith (2000) propõe a existência de uma confluência positiva, ao passo que Della Porta et al. (2006) apontam a construção de uma identidade comum como condição para surgimento de uma rede global. Keck e Sikkink (1998), no

âmbito da tipologia tática, explicam que a política simbólica prevê a criação de uma identidade comum que precede o surgimento de uma rede transnacional de advocacia.

As perspectivas *globalization from below* e TAN também são importantes para explicar a atuação transnacional desses movimentos ao destacarem o aspecto da solidariedade internacional desses movimentos e a construção de movimento coletivo baseado em um problema comum. Segundo as organizações da USFSA, a busca por aliados estrangeiros também visa prestar solidariedade aos problemas comuns.

No âmbito da busca por aliados estrangeiros, as entrevistas revelam que esta ação ocorre para obtenção de *know how* com aliados internacionais. NFFC (2020), da ActionAid USA (2020) e da WhyHunger (2020) expõe que as organizações e movimentos em outros países, sobretudo o Sul global, são encarados como fonte de aprendizado e este aspecto também é uma forma estratégica de combater o excepcionalismo norte-americano que faz parte da cultura do país. Segundo a ActionAid (2020), a conexão estabelecida com organizações do Sul aperfeiçoa o aprendizado com comunidades locais *abroad* que se inserem no contexto de luta por terras. A WhyHunger (2020), organização que também participa da gênese da USFSA, apresenta um exemplo prático que ilustra esse aspecto ao revelar que a Aliança é inspirada, sobretudo na questão de ampliação da participação democrática, em articulações da sociedade civil brasileira como o CONSEA e a Associação Brasileira de Agroecologia. O IATP, por sua vez, ressalta a importância de grupos brasileiros como o MST na mobilização de pessoas e promoção de mudanças no âmbito das negociações de comércio.

A NFFC, considerada como uma das principais organizações da Aliança, tornou-se o primeiro membro da Via Campesina na América do Norte. Segundo a NFFC (2020), a Aliança também realiza eventos conjuntos com a Via Campesina, como o Encuentro de Agroecologia ou webinars realizados de forma colaborativa, além da articulação e divulgação de declarações propostas pelas organizações. No âmbito do relacionamento com o MST, a NFFC (2020) explica que há intercâmbio por meio de *joint ventures* e participação nos eventos, assim como intercâmbio de membros através do Friends the MST nos EUA.

### *Resultados positivos da atuação da USFSA*

Os principais resultados alcançados pela USFSA estão relacionados a criação de um espaço de diálogo entre diferentes atores dentro dos EUA, além disso, a solidariedade internacional e a difusão do conceito e das práticas de soberania alimentar aparecem como fatores importantes dentre as conquistas da coalizão.

Quanto à criação de um espaço de diálogo, a USFSA busca promover a interação entre atores diferentes na discussão sobre questões agrárias. A NFFC (2020) explica que,

apesar de não ser mensurável, a promoção do diálogo é um dos maiores resultados da USFSA e complementa que Aliança tenta, por exemplo, mostrar para fazendeiros de maior escala o que as políticas agrícolas podem significar para a vida para nativos ou imigrantes latino-americanos.

Outro resultado considerável diz respeito à educação política promovida pela organização, sobretudo a difusão do conceito de soberania alimentar. Em relação a este aspecto, a NFFC (2020) argumenta que o trabalho da Aliança contribui para o aperfeiçoamento das relações interpessoais e para a compreensão interseccional da economia política da soberania alimentar. Nesse contexto, a WhyHunger (2020), levanta mais uma vez que a valorização do conceito de soberania alimentar, que emerge de movimentos rurais ligados ao Sul Global, é uma forma de desconstrução do excepcionalismo norte-americano.

A construção da solidariedade internacional, é outro aspecto relevante no âmbito dos resultados positivos da Aliança. Um fator relevante a esse respeito, é que os próprios cidadãos norte-americanos, no âmbito de organizações e movimentos, demonstram essa oposição e se solidarizam com lutas em comunidades fora dos EUA. Nesse contexto, a NFFC (2020) complementa que a capacidade de *accountability* de cidadãos norte-americanos, no âmbito de arenas internacionais, é bem mais eficaz comparado a cidadãos de países que recebem os investimentos.

A difusão de práticas de soberania alimentar também se encontra entre os principais resultados positivos da USFSA. Além de um modelo agrícola mais sustentável e inclusivo, as alternativas direcionam-se para a posse coletiva da terra. A WhyHunger (2020) destaca três práticas mais comuns de soberania alimentar: as Community Land Trust (CLT) que trata da formação de organizações sem fins lucrativos que buscam administrar coletivamente terras em nome de uma comunidade, que elevam a democratização da terras, apesar de ainda prever o acesso a terras por meio do mercado; e a Community-supported Agriculture (CSA), que é uma iniciativa em que consumidores encomendam cestas orgânicas e pagam antecipadamente ao produtor, reduzindo a distância entre produtores e consumidores, fortalecendo a economia local e valorizando alimentos provenientes da agricultura agroecológica.

Partindo de tais resultados, identifica-se a relação com as teorias dos movimentos rurais transnacionais em que, na prática, tais movimentos possuem forte foco na formação política e na proposição de alternativas. As perspectivas da *globalization from below* e das redes transnacionais de advocacia também se relacionam com os resultados, pois destacam o aspecto da solidariedade internacional e a construção de um movimento coletivo que estabelece um problema comum a exemplo das questões envolvendo investimentos em

terras. Além disso, também destacam o papel dos movimentos globais de propor alternativas, no caso da USFSA, a promoção da soberania alimentar e da agroecologia.

### **Considerações finais**

Consideramos que as abordagens possuem elementos explicativos importantes para compreender a atuação da USFSA enquanto cooperação transnacional contra a estrangeirização de terras: a falta de abertura política nacional leva a atuar em arenas internacionais e à necessidade de fazer frente a atores privados internacionais de forma global. No entanto, identificou-se que as abordagens dos movimentos rurais transnacionais e a globalização desde baixo são mais eficazes para compreender a dinâmica da USFSA e dos movimentos rurais transnacionais ao colocar as organizações de base no centro das decisões. A abordagem da TAN, por sua vez, é importante para compreender como as ONG e movimentos sociais buscam aliados internacionais, assim como é o caso da USFSA, quando não há abertura no âmbito doméstico. No entanto, a abordagem foca mais na atuação das redes de advocacia, ou seja, organizações que advogam pelos movimentos e não os colocam no centro do processo decisório ou no centro da oposição.

Apesar da dificuldade da USFSA de manter as ONG e organizações filantrópicas apenas como suporte logístico para a ação dos movimentos de base, pode-se considerar que existe um esforço na prática de incentivar o protagonismo dos movimentos rurais locais. No entanto, são necessários estudos mais aprofundados para identificar essa tendência na articulação de movimentos relacionados a áreas como direitos humanos, meio ambiente e direito das mulheres.

Consideramos também, com base em nossa análise, que a cooperação transnacional pode ser considerada como uma estratégia de atuação dos movimentos sociais rurais que cooperam devido a três motivos principais: a necessidade de fazer frente a atores privados internacionais, a necessidade de legitimidade e fortalecimento das ações alcançados através da solidariedade internacional e a existência de recursos tecnológicos que permitem a conexão entre os movimentos.

Esse tipo de articulação transnacional contra o fenômeno da estrangeirização de terras, apesar de suas limitações, apresenta aspectos positivos como a difusão do conceito de soberania alimentar dentro dos EUA, principal país de onde emanam as políticas relacionadas ao setor alimentar e agrícola, e compartilhamento de informações e práticas referentes à adoção da soberania alimentar e da agroecologia. Somado a maior valorização e solidariedade em relação aos movimentos de base e comunidades tradicionais, esses aspectos auxiliam na reversão, embora de forma lenta, das alterações no setor agrário

avançadas pela expansão do agronegócio que tem como principal expoente a separação entre o ser humano e a terra.

## Referências

ACTIONAID USA, [21 de fevereiro, 2020]. 1 arquivo sonoro (1 hora e 39 min). Presencial (Washington, D.C.). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

AWE. *Investing in U.S. Cropland*. 2011. Disponível em: <[http://www.aew.com/pdf/AEWResearchInvestinginU.S.Cropland\\_000.pdf](http://www.aew.com/pdf/AEWResearchInvestinginU.S.Cropland_000.pdf)>, acesso em 9 de fevereiro de 2018.

BERNSTEIN, Henry. Rural land and land conflicts in sub-Saharan Africa. **Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**, p. 67-101, 2005.

BORRAS JR, Saturnino M. The politics of transnational agrarian movements. **Development and Change**, v. 41, n. 5, p. 771-803, 2010.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. Global land grabbing and political reactions 'from below'. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1723-1747, 2013.

BRECHER, Jeremy; COSTELLO, Tim; SMITH, Brendan. **Globalization from below: The power of solidarity**. South End Press, 2000.

BUDINI, Terra Friedrich et al. **Reflexões sobre a idéia de sociedade civil global e a ação política não-estatal além das fronteiras**. 2010.

DELLA PORTA, Donatella et al. **Globalization from below: Transnational activists and protest networks**. U of Minnesota Press, 2006.

FAIRBAIRN, Madeleine. **Fields of Gold: Financing the Global Land Rush**. Cornell University Press, 2020.

GIBBS, Graham. Codificação e Categorização temáticas. In: \_\_\_\_\_. **Análise de dados qualitativos** Porto Alegre: Artmed. 2009.

IATP, [12 de março, 2020]. 1 arquivo sonoro (45 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International**. **Politics**, 1998.

LEBLANC, Adrian Nicole. How Hunger Persists in a Rich Country Like America. **New York Times**. 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/09/02/magazine/food-security-united-states.html>>, acesso em 21 de novembro de 2020.

LIMA, Thiago; LOURENÇO, Erbenia. Corrida global por terras: os Estados Unidos como alvo? *Revista Tempo No Mundo*, v.4, p. 27-48, 2018.

MARTINIELLO, Giuliano; NYAMSENDI, Sabatho. Agrarian Movements in the Neoliberal Era: The Case of MVIWATA in Tanzania. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 7, n. 2, p. 145-172, 2018.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo, 2016.

MILANI, Carlos RS; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. **Brazilian Political Science Review (Online)**, v. 2, n. SE, p. 0-0, 2007.

MOYO, Sam; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming the land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. Zed Books, 2005.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. **Imperialism and primitive accumulation: Notes on the new scramble for Africa**. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

NAMA, [17 de abril, 2020]. 1 arquivo sonoro (48 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

NATIONAL Conference Lifts Up Heirs Property Issues. **NFFC**, 2020. Disponível em: <<https://nffc.net/national-conference-lifts-up-heirs-property-issues/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

NFFC (2012a). U.S. Farmland: The Next Big Land Grab? Recuperado em 9 de fevereiro de 2018, do website: [https://www.nffc.net/Learn/Fact%20Sheets/US%20Land%20Grab%20backgrounder\\_5.24.12.pdf](https://www.nffc.net/Learn/Fact%20Sheets/US%20Land%20Grab%20backgrounder_5.24.12.pdf)

NFFC (2012b). Institutional Investors And The Great American Farmland Grab. Recuperado em 13 março de 2018, do website: [http://www.nffc.net/Issues/Corporate%20Control/TIAA-CREF%20Backgrounder\\_2.3.13.pdf](http://www.nffc.net/Issues/Corporate%20Control/TIAA-CREF%20Backgrounder_2.3.13.pdf)

NFFC1, [28 de fevereiro, 2020]. 1 arquivo sonoro (33 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

NFFC2, [05 de março, 2020]. 0 arquivos sonoro (0 min). Via Telefone. Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

PEREIRA, Lorena Izá. Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. A Construção do Modelo de Análise. In: \_\_\_\_\_. **Manual de Investigação em C. Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, [22 de abril, 2020]. 1 arquivos sonoro (39 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

ROSSET, Peter M.; TORRES, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and society**, v. 17, n. 3, 2012.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Editora Paz e Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. **Motrivivência**, n. 14, p. 33-50, 2000.

SOMMERVILLE, Melanie; ESSEX, Jamey; LE BILLON, Philippe. **The 'global food crisis' and the geopolitics of food security**. *Geopolitics*, v. 19, n. 2, p. 239-265, 2014.

THAPAR, Neil. An enormous land transition is underway. Here's how to make it just. **Civil Eats**, 2020. Disponível em: <<https://civileats.com/2020/02/24/an-enormous-land-transition-is-underway-heres-how-to-make-it-just/>>. Acesso em: 03 de Outubro de 2020.

THOMSON, A. Foreign investors are snapping up US farms. **Mother Jones**, v. 4, 2017.

USDA. *Household Food Security in the United States in 2018*. 2019. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/94849/err-270.pdf?v=963.1>>, acesso em 21 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2011**. Recuperado em 14 março de 2018, do website: [https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida\\_thru\\_12312011.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312011.pdf)

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015**. Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2015report.pdf>>, acesso em 04 de junho de 2018.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2004**. Disponível em: < [https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/022804\\_foreign\\_owner.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/022804_foreign_owner.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2005**. Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/022805\\_foreign\\_hold.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/022805_foreign_hold.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2006**. Disponível em: < [https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/022806\\_foreign\\_hold.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/022806_foreign_hold.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2007**. Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2008**. Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/02\\_29\\_2008\\_foreign\\_holdings.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/02_29_2008_foreign_holdings.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2009**. Disponível em: < [https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida\\_2010.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_2010.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2010**. Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida\\_thru\\_12312010.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312010.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2011.** Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida\\_thru\\_12312011.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida_thru_12312011.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2012.** Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA\\_File/afida2012report.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/afida2012report.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2013.** Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2013report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2014.** Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2014report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2015.** Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2015report.pdf>>, acesso em 04 de junho de 2018.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2016.** Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2016report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2017.** Disponível em: <<https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2017report.pdf>>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USDA. **Report Foreign Holdings of U.S. Agricultural Land Through December 31, 2018.** Disponível em: <[https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2018report\\_revised.pdf](https://www.fsa.usda.gov/Assets/USDA-FSA-Public/usdfiles/EPAS/PDF/afida2018report_revised.pdf)>, acesso em 04 de novembro de 2020.

USFSA. **Member Organizations.** 2018. Recuperado em dezembro de 2018, do website: <http://usfoodsovereigntyalliance.org/member-organizations/>.

USFSA. **US Food Sovereignty Alliance.** 2018. Recuperado em dezembro de 2018, do website: <http://usfoodsovereigntyalliance.org/>.

USFSA. **What is food sovereignty?** 2018. Recuperado em 13 março de 2018, do website: <http://usfoodsovereigntyalliance.org/what-is-food-sovereignty/>.

VIEIRA, Flávia B.; MENEZES, Paula. Globalização desde baixo: um olhar sobre o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. **Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens**, 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.



WHYHUNGER, [24 e 27 de fevereiro, 2020]. 2 arquivos sonoros (1 hora e 17 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Erbenia Lourenço de Oliveira.

WILLIAMS, Richard C. **The cooperative movement: Globalization from below**. Ashgate, 2007.

---

### Sobre os autores

---

**Thiago Lima da Silva** – Graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO). Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9183-3400>.

---

**Erbenia Lourenço de Oliveira** – Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4196-862X>.

---

### Como citar este artigo

---

SILVA, Thiago Lima da; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Estrangeirização de terras nos EUA e a cooperação transnacional dos movimentos sociais: a atuação da USFSA. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 18-43, set.-dez., 2022.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora Erbenia Lourenço de Oliveira ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados e suas interpretações e análise.

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2021.

Aceito a publicação em 30 de setembro de 2021.

---